





### Desapareceu de casa e do emprego



Dalcino Gomes, que se viu na situação de perder a casa e o emprego, foi encontrado em uma casa de rua, onde se refugiou após fugir de sua residência em Barra Mansa, onde se encontrava com sua esposa e filhos. Ele foi encontrado por policiais e levado para o Hospital Militar, onde morreu devido a ferimentos causados por uma arma de fogo.

### A advogada desatendeu o juiz, sendo presa e autuada em flagrante

No Cartório da 8ª Vara Civil, ocorreu ontem, a tarde lamentável ocorrência que provocaram escândalo. A advogada, ao não comparecer ao juízo, foi presa e autuada em flagrante por desacato ao juiz.

### Avisos Fúnebres

**Josefa de Sousa Pinto**  
(FALECIMENTO)

Theodorico Pinto de Sousa e família convidam os parentes e amigos para o seu sepultamento, a realizar-se, hoje, às 14 horas, no Cemitério São Francisco Xavier, pelo que agradecem.

## ALBERTO DE CASTRO NEVES

(AGRADECIMENTO)

Constança R. de Castro Neves, Alberto de Castro Neves Filho, Senhora e filhos, Alcides de Castro Neves, Senhora e filhos, Almir de Castro Neves, Senhora e filhos, Eurico Sá da Rocha Maia, Senhora e filhos, impossibilitados de se dirigirem pessoalmente a todos os que procuraram confortá-los enviando coroas, flores, telegramas e comparecendo aos funerais de seu pranteado esposo, pai, sogro e avô, agradecem desse modo todas as provas de amizade que receberam.

## GUILHERMINA GOMES DA COSTA

(FALECIMENTO)

Raul Costa da Silva comunica a seus parentes e amigos o falecimento ontem, à noite, de sua extensa esposa GUILHERMINA GOMES DA COSTA e participa que o fôrete sairá às 17 horas de hoje, da Capela da Misericórdia — Largo da Misericórdia — para o Cemitério de São João Batista.

## JOSÉ STOCKLER DE LIMA

(FALECIDO EM PASSOS — MINAS)

(30.º DIA)

Sebastião Stockler e senhora, na impossibilidade de agradecerem pessoalmente a todos aqueles que os confortaram com a sua solidariedade no rude golpe que sofreram com o falecimento de seu inesquecível pai e sogro JOSE STOCKLER DE LIMA, vêm por meio desta externar seu reconhecimento, convidando seus parentes e amigos para assistirem à missa de 30.º dia que mandam rezar segunda-feira, dia 8, às 10.30 horas, no altar-mor da Igreja da Candelária. Agradecem antecipadamente a todos que comparecerem a esse ato de fé cristã.

## CLERY BOUÇAS GROTERA

(MISSA DE 7.º DIA)

Ovidio Grotera e filha, Valentim F. Bouças, senhora e filhos (ausentes), Victor C. Bouças, senhora e filho, Jorge C. Bouças, senhora e filha, Fernando Cicero Vellozo, senhora e filha e demais parentes agradecem a todos os amigos que os confortaram quando do falecimento de sua querida CLERY e os convidam para a missa que farão rezar no altar-mor da Catedral Metropolitana, às 11 horas da noite de 8 de abril, segunda-feira. Agradecem, antecipadamente, a todos os amigos que comparecerem a esse ato de religião e podem dispensar de plausíveis.

### VARIAS OCORRENCIAS

Desastres — Acidentes — Agressão — Atropelamentos — Rapto — Baleado — "Conto do Vigário" — Morte suspeita — Dois mortos e dez feridos

Registram-se, ontem, nestas páginas, as seguintes ocorrências:

**Desastres**  
Na avenida Suburana, esquina da rua José dos Reis, o ônibus n.º 8-03-31, da linha "Meiê-Ramos", dirigido por Carlos Barreira de Freitas, para não se chocar com a carroça n.º 4-036, da Linhas Urbanas, acelerou a velocidade, o que ocasionou a colisão com o veículo, que se arrebentou, causando a morte de um passageiro e ferimentos a outros.

**Acidente**  
Entre as estações do Engenho de Dentro e a do Engenho de São Paulo, o trem n.º 10, dirigido por João Pessoa, sofreu acidente, quando, ao passar sobre uma ponte, a locomotiva e o trem se desferiram, causando ferimentos a vários passageiros.

**Agressões**  
Júlia Antônia da Silva, baiana residente na rua Senador Dantas número 56, foi presa em flagrante quando, no interior do "Café Avenida", agrediu a namorada, sua companheira Elza Campos, moradora na rua Princesa n.º 254, ferindo-a nos braços.

**Atropelamentos**  
Na avenida Niemeyer, próximo ao lugar denominado "Anglo-Brasileiro", a operária Sheila Zina Barbosa, de 20 anos, moradora na estrada do Tumbão, foi colida pela bicicleta n.º 7-098, licenciada de 1945, sofrendo contusões e escoriações generalizadas. Passando pelo local, o motorista do veículo, ao perceber o acidente, parou e socorreu a vítima, mas não conseguiu levá-la ao hospital, onde ela morreu.

**Rapto**  
Isaura Vieira da Cunha Marques, moradora na rua Ubi, 52, no Grajuru, foi raptada pelo filho, João, de 15 anos, que a levou para sua casa, onde se encontrava com outras pessoas. Ela foi encontrada depois de algumas horas e liberada.

**Baleado**  
João Pedro da Conceição, solteiro, operário, de 30 anos, morador no Retiro dos Artistas, em Jacarepaguá, foi baleado e ferido no peito por um indivíduo que se apresentou com uma arma de fogo. Ele foi levado ao Hospital Militar e morreu devido a ferimentos.

**Conto do Vigário**  
José Vicente Aires, servente, mora no bairro de São Francisco, onde foi preso por um conto do vigário, acusado de roubar dinheiro da igreja. Ele foi levado para a delegacia e aguarda julgamento.

**Morte suspeita**  
A polícia do 2.º distrito fez remover para o necrotério do Instituto Médico Legal o corpo de Claudiano Ytze Bastos, cujo "Lapso", solteiro, de 54 anos, capataz do sítio da estrada do Tumbão, foi encontrado morto dentro de um brejo, pelos seus amigos Eduardo Luiz dos Santos e Manuel Rodrigues Chaves, ambos empregados da fazenda onde ele trabalhava. A causa da morte não foi determinada.

**Material norte-americano para os lavradores fluminenses**  
Comunidade dos lavradores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma comissão, conseguiu a doação de material agrícola norte-americano para os lavradores fluminenses, incluindo ferramentas e sementes.

**Com a Polícia**  
22-028 FALTA DE POLÍCIAMENTO — Depois das 22 horas — reclama um leitor — desaparece o guarda encarregado da vigilância na rua da Assembleia, onde se encontra o prédio da Assembleia Legislativa, causando insegurança aos moradores.

**Com a DEP**  
22-029 SO' FABRICA PAO DE FORMA — Informam-nos os nossos leitores residentes no Cotejo que, na padaria francesa, estabelecida na praça Duque de Caxias, deixou de fornecer aos seus frequentadores o pão de forma, causando inconveniente aos moradores.

**Com a Light**  
22-030 FALTA DE BONDE — Moradores da rua Barão de Mesquita e transversais pedem que seja aumentado o número de bondes que passam por ali, pois os atuais não atendem às necessidades dos moradores.

**Com a Limpeza Urbana**  
22-031 DEPÓSITO DE LIXO NA RUA CARMO NETO — Pedem os moradores da Rua Carmo Neto, no bairro de São Francisco, que o lixo depositado na rua seja removido, pois causa mau cheiro e atrai moscas.

**22-032 INUNDICIE NA RUA ANDRÉ CAVALCANTE** — Os moradores da rua André Cavalcante reclamam contra a existência de um terreno devolvido ao município, que impede a circulação de veículos e causa inconveniente aos moradores.

**Estabilidade para todos os extranumerários**  
Com dois anos para os admitidos em virtude de concurso de provas ou de títulos, é o que sugere o Centro dos Pequenos Servidores Municipais.

O Centro dos Pequenos Servidores Municipais, associação de serventários da Prefeitura do Distrito Federal, acaba de encaminhar ao prefeito um memorial em que pleiteia o direito à estabilidade para os extranumerários.

O referido memorial, fundamentado em todos os aspectos legais da Constituição vigente, está anexo a um anteprojeto de decreto-lei, para ser submetido à apreciação do presidente da República, o qual está assim redigido:

Art. 1.º — Os extranumerários municipais da União, dos Estados, dos Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal, adquirindo estabilidade:

a) — depois de dois anos de exercício quando admitidos em virtude de concurso de provas ou de títulos;

b) — depois de 10 anos de exercício nos demais casos.

Art. 2.º — Os extranumerários municipais, contratados e terefeiros que a data da expedição deste decreto-lei contarem 10 ou mais anos de serviço, serão relacionados como municipais, em funções equivalentes, com o salário que atualmente percebem.

Parágrafo único — Os extranumerários que não atenderem às condições estabelecidas neste decreto-lei, serão considerados como extranumerários sem estabilidade.

Art. 3.º — Nenhum extranumerário, de qualquer modalidade, poderá ingressar no serviço público sem a prestação de concurso de provas ou de títulos, de acordo com as funções.

Art. 4.º — O artigo 1.º do decreto-lei n.º 1.575, de 7-1-1943, passa a ter a seguinte redação: "Aplicam-se aos extranumerários as disposições do decreto-lei n.º 1.713, de 20-10-1939, no tocante a deveres e ação disciplinar".

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6.º — Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 8.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 9.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 10.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 11.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 12.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 13.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 14.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 15.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 16.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 17.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 18.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 19.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 20.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 21.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 22.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 23.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 24.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 25.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 26.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 27.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 28.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 29.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 30.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 31.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 32.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 33.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 34.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 35.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 36.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 37.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 38.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 39.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 40.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 41.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 42.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 43.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 44.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 45.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 46.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 47.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 48.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 49.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 50.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

Art. 51.º — O presente decreto-lei é publicado no Diário Oficial da União, para que todos os interessados tenham conhecimento de seu teor.

## Modificado o Regulamento do Tribunal Marítimo

Novas disposições sobre a composição daquele órgão — Salvos pelo "Greenhalgh" todos os sobreviventes do aviso B-17 da Marinha americana — Promoções no Quadro de Intendentes Navais — Outras notas

O presidente da República assinou o seguinte decreto-lei: "Art. 1.º — Fica alterado o artigo 1.º do Regulamento do Tribunal Marítimo, para que se refira o decreto-lei n.º 7.676, de 26 de junho de 1945, para o fim de lhe ser dada a seguinte redação: "Art. 1.º — O Tribunal Marítimo constituir-se-á de sete membros, com a denominação de Juizes, nomeados em caráter permanente, sendo: I — um oficial general da ativa do Corpo da Armada; II — um capitão de mar e guerra do corpo de oficiais da Armada; III — um oficial superior do Corpo da Armada (especializado em Engenharia Naval); IV — um doutor ou bacharel em Direito, especializado em Direito Marítimo; V — um especialista em armamento de navios e navegação comercial; VI — um capitão de Longo Curso, com mais de dez anos de comando em navios mercantes nacionais."

Parágrafo 1.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item I —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 2.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item II —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 3.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item III —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 4.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item IV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 5.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item V —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 6.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 7.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 8.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 9.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item IX —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 10.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item X —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 11.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 12.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 13.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 14.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XIV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 15.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 16.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XVI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 17.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XVII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 18.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XVIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 19.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XIX —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 20.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XX —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 21.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XXI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 22.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XXII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 23.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XXIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Art. 1.º — Fica alterado o artigo 1.º do Regulamento do Tribunal Marítimo, para que se refira o decreto-lei n.º 7.676, de 26 de junho de 1945, para o fim de lhe ser dada a seguinte redação: "Art. 1.º — O Tribunal Marítimo constituir-se-á de sete membros, com a denominação de Juizes, nomeados em caráter permanente, sendo: I — um oficial general da ativa do Corpo da Armada; II — um capitão de mar e guerra do corpo de oficiais da Armada; III — um oficial superior do Corpo da Armada (especializado em Engenharia Naval); IV — um doutor ou bacharel em Direito, especializado em Direito Marítimo; V — um especialista em armamento de navios e navegação comercial; VI — um capitão de Longo Curso, com mais de dez anos de comando em navios mercantes nacionais."

Parágrafo 1.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item I —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 2.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item II —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 3.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item III —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 4.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item IV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 5.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item V —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 6.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 7.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 8.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item VIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 9.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item IX —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 10.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item X —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 11.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XI —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 12.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 13.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XIII —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 14.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XIV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

Parágrafo 15.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item XV —, que continuará a pertencer ao Quadro ativo do Corpo da Armada, no caso de agregação, ao almirante de Armada, para o posto, quando for, então, passado para a Reserva remunerada, podendo, entretanto, continuar no exercício do referido cargo, até o limite de idade para o serviço público."

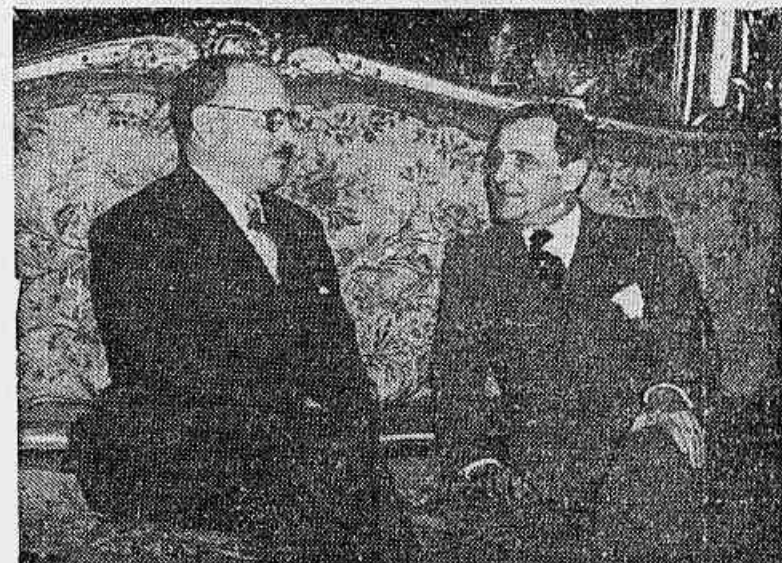
Parágrafo 16.º — A presidência do Tribunal será exercida pelo juiz referido no item



# DEVE O GOVERNO DAR PUBLICIDADE AOS SEUS PROJETOS DE LEI

## Cinquenta mil toneladas de trigo para o Brasil

Em troca forneceríamos borracha à Argentina — Acordo econômico entre os dois países — Chegado ontem, falou à imprensa o ministro da Agricultura e Trabalho da vizinha República



Flagrante colthido, no Itamarati, por ocasião da visita do ministro da Agricultura da Argentina ao titular do Exterior

Procedente de Buenos Aires, chegou ontem, a esta capital, por via aérea, o ministro da Agricultura e Trabalho da Argentina, coronel Joaquim Sauri e sua comitiva, que vem ao nosso país concluir um acordo comercial e econômico entre os governos brasileiro e argentino.

Receberam-nos no desembarque o embaixador da Argentina, representante dos ministros do Exterior, da Agricultura e da Fazenda, e presidentes e membros da Câmara de Comércio Argentina e várias outras pessoas.

Mais tarde, o titular argentino esteve no Itamarati, em conferência com o ministro do Exterior sobre os importantes assuntos que o trouxeram a esta capital, entre os quais a importação de trigo e outras questões econômicas.

**O PROBLEMA ARGENTINO**

Ontem mesmo, o coronel Joaquim Sauri concedeu à imprensa uma entrevista.

Declarou de início que o problema do povo argentino é o de "ter para dar e não poder dar", evidenciando, então, as consideráveis dificuldades de transporte ocasionadas pela guerra, como, também, a falta absoluta de petróleo.

**Suspensa a subscrição compulsoria de "Obrigações de Guerra"**

Suspendendo a subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, o presidente da República assinou o seguinte decreto-lei:

Art. 1.º — Fica suspensa a subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, de que trata o art. 3.º do decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º — O disposto no artigo primeiro não se aplica aos exercícios financeiros anteriores ao de 1946, devendo prosseguir a cobrança das importações ainda devidas pela subscrição compulsória.

Art. 3.º — Fica assegurado ao que a subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, referentes ao exercício de 1946, o direito de relevância as importações correspondentes, mediante devolução dos títulos respectivos ou dos comprovantes dos recolhimentos feitos.

Art. 4.º — O ministro da Fazenda expedirá as instruções que forem necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 5.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Conferenciam com o ministro do Trabalho os líderes das classes conservadoras**

O titular da pasta do Trabalho, sr. Octávio de Lima, recebeu ontem, à tarde, em conferência reservada, os srs. João Dault, diretor-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Eivaldo Lodi, presidente da Federação das Indústrias, e outros líderes das classes conservadoras.

**Distribuido o premio Pandiá Calógeras, da A. B. D. E.**

COUBE AO SR. ALVARO LINS, AUTOR DE "RIO BRANCO"

A Associação Brasileira de Escritores, em sessão de ontem, passou, o "Prêmio Pandiá Calógeras" a ser conferido anualmente ao melhor livro sobre assunto brasileiro, e cujo valor em dinheiro seja de cinco mil cruzeiros, constitua uma doação do sr. Valentim Bougas.

Foram apresentados a essa comissão, entre outros, a maioria das quais de autores do maior renome.

Ontem, a comissão julgadora, se reuniu na sede da Associação, no edifício da Casa do Escritor, do Brasil, sala 1.101, para proceder ao julgamento. Compunha-se ela dos srs. Roberto Pinto, Gastão Cruz, Astrogildo Pereira, Barreto Filho e Sérgio Buarque de Holanda, presidente da A.B.D.E., na diretoria de 1945, e que, achando-se residindo em São Paulo, fez-se representar na reunião pelo presidente em exercício, sr. Osório Borda, por intermédio de quem enviou o seu voto em envelope fechado.

Depois de discussões entre os julgadores presentes os livros apresentados, procedeu-se à votação, que deu o seguinte resultado: três votos para o livro "Rio Branco", do sr. Alvaro Lins; e dois votos para o "José Bonifácio", do sr. Otávio Tarquino de Sousa. Foi assim conferido o "Prêmio Pandiá Calógeras" 1945 ao sr. Alvaro Lins. Do julgamento se lavrou uma ata.

A entrega do prêmio será feita dentro de alguns dias, em sessão solene, conjuntamente com a posse da nova diretoria, recentemente eleita, da A.B.D.E.

**Para examinar os pareceres das sub-comissões constitucionais**

Reunem-se, no gabinete do sr. Carlos Luz, ministros, senadores e deputados

No gabinete do ministro da Justiça, reuniram-se, ontem, pela manhã, para reunião, a que compareceram, além do titular da pasta, os seus colegas das Relações Exteriores, da Fazenda, da Guerra, os senadores Melo Viana, presidente da Assembleia Constituinte, Nereu Ramos, líder da maioria, e os deputados Agamenon Magalhães, Café Filho, e Benedito Valadarez.

Interrogado pela reportagem, a saída, o general Góes Monteiro declarou que haviam sido trocadas idéias sobre os pareceres das sub-comissões constitucionais. Considerando bons — acentuou — os referentes à segurança nacional.

O sr. Café Filho, por sua vez, adiantou aos jornalistas que não chegará a ser examinada a parte referente à ordem econômica.

Quando ao desenvolvimento relativo aos lucros extraordinários, o ministro da Fazenda declarou que o mesmo continuava em estudos, devendo ser assinado na próxima semana.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**A Baía aplaude o discurso do sr. Otávio Mangabeira**

SALVADOR, 5 (P. P.) — Os jornais e os meios políticos de todas as correntes e a opinião pública em geral, saíram a louvar o discurso do sr. Otávio Mangabeira proferido ontem na Assembleia Constituinte, em defesa da União, em face do PCB, tecendo comentários e aplausos à personalidade do grande brasileiro que se profeta como líder no cenário nacional.

**Posto a disposição do Conselho de Imigração e Colonização**

Atendendo a uma solicitação do sr. João Dault, diretor-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Conselho de Imigração e Colonização, órgão criado pelo governo federal, para estudar e promover a imigração e a colonização, está a disposição de prestar assistência técnica e financeira a grupos de imigrantes que desejam estabelecer-se no Brasil.

**Para examinar os pareceres das sub-comissões constitucionais**

Reunem-se, no gabinete do sr. Carlos Luz, ministros, senadores e deputados

No gabinete do ministro da Justiça, reuniram-se, ontem, pela manhã, para reunião, a que compareceram, além do titular da pasta, os seus colegas das Relações Exteriores, da Fazenda, da Guerra, os senadores Melo Viana, presidente da Assembleia Constituinte, Nereu Ramos, líder da maioria, e os deputados Agamenon Magalhães, Café Filho, e Benedito Valadarez.

Interrogado pela reportagem, a saída, o general Góes Monteiro declarou que haviam sido trocadas idéias sobre os pareceres das sub-comissões constitucionais. Considerando bons — acentuou — os referentes à segurança nacional.

O sr. Café Filho, por sua vez, adiantou aos jornalistas que não chegará a ser examinada a parte referente à ordem econômica.

Quando ao desenvolvimento relativo aos lucros extraordinários, o ministro da Fazenda declarou que o mesmo continuava em estudos, devendo ser assinado na próxima semana.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

## PROPOSTA DO SR. BERNARDES FILHO PROVOCA TUMULTO NA ASSEMBLÉIA

Recusou-se a maioria, através do sr. Acurcio Torres, a apoiar a medida patriótica — "Trata o Executivo de matéria relevante para a vida nacional em absoluta clandestinidade"

**Análizada a angustiosa situação da pecuária nacional num discurso do sr. Agostinho Monteiro — Todos os principais casos da ditadura num requerimento do sr. Lima Cavalcanti — Discorreu sobre matéria constitucional o sr. Plínio Barreto — Incidente entre o vice-líder da maioria e o deputado Lino Machado — Transportes causa do encarecimento da vida — Outras notas da sessão de ontem na Assembleia Nacional Constituinte**

Deu ontem a maioria, na Assembleia Nacional Constituinte, mais uma prova de sua intolerância, fundamentada numa base de temor e desconfiança absolutamente injustificáveis. Apresentado um requerimento assinado pelo sr. Artur Bernardes Filho e outros, foi ele a causa da inabill manifestação da bancada do PSD, ontem liberada, na ausência do sr. Nereu Ramos, ocupado na Comissão Constitucional, pelo sr. Acurcio Torres.

O requerimento propunha à Assembleia se manifestasse no sentido de dar a conhecer ao Poder Executivo a necessidade de cercar os projetos de lei em elaboração de uma indispensável publicidade, pela imprensa e pelo Parlamento, a fim de que todos colaborassem na solução dos magnos problemas do momento.

Porque a verdade é que assuntos os mais importantes para a vida do país estão sendo regulados num verdadeiro sigilo ou clandestinidade, como acentuou o sr. José Bonifácio de Andrada. Cite-se, para exemplo, o projeto de Lei Eleitoral, que só nos venturosos da maioria foi dado tomar conhecimento. Outro exemplo é a lei que o governo elabora presentemente sobre os lucros extraordinários.

Houve, porém, ao menos um deputado, o sr. Costa Neto, que, apesar de integrar a maioria, entendeu que deveria dar o seu apoio à medida proposta pelo sr. Bernardes Filho, por ela "interessava ao próprio governo". Assim, no entanto, não pensou o sr. Acurcio Torres, e logo a bancada pedista se colocou contra a indicação. Coube ao sr. Osvaldo Lima manifestar o ponto de vista oposto ao da minoria. E — fiquem registrados enfaticamente — o fez da pior maneira possível. Desencobriu temerosamente o representante pernambucano sub-intenções e manobras que absolutamente não havia no requerimento do sr. Bernardes Filho.

Por falta de tempo, apesar de encerrados os debates, não se chegou à votação da proposta. A maioria não pôde, assim, por em jogo o seu único argumento irresponsível: o número.

Outros assuntos ocuparam ontem a atenção dos constituintes. Entre eles, vale destacar um excepcional discurso do sr. Agostinho Monteiro, sobre a péssima situação da pecuária nacional.

**UMA CONSTITUIÇÃO SINTÉTICA E NÃO ANALÍTICA**

Com a presença de 122 deputados, foi iniciada, ontem, a sessão da Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência do sr. Melo Viana.

Lida a ata do 1.º Congresso da Silva Teles Junior (P.S.D. de São Paulo) pediu retificação de uma trecho do seu discurso pronunciado ontem.

Plínio Barreto leu o expediente, foi concedida a palavra ao sr. Cesar Costa (P.S.D.-São Paulo).

O constituinte paulista diz que vai à tribuna por ter sido eleito por um dos jornais desta cidade, no caso da Companhia Asfalto Nacional S. A., de que era um dos diretores, quando a mesma fora adquirida pelo grupo de empresas incorporadas ao patrimônio nacional.

Combate a acusação de que a mesma era deficitária e diz que, sendo a produção de asfalto de interesse das prefeituras ou do Estado, caberia a ela, e não a uma companhia que passasse no âmbito de um grupo industrial do governo.

À oração do sr. Cesar Costa, que foi lida, não pôde responder o sr. Nereu Ramos, e, dessa forma, conseguiu dizer as últimas palavras sem que o molestassem com apertados comentários.

Seguiu-se a leitura da palavra do sr. Plínio Barreto (UDN — São Paulo), que falou sobre matéria constitucional, debatendo o que chamou "a necessidade de uma Constituição sintética e não analítica". Aponta a de 1891 como o melhor tipo que o Brasil já possuiu, pois, à sua vez, indicava como uma síntese perfeita de todas as obrigações e deveres constitucionais.

O sr. Nereu Duarte (UDN-Baía), apoiou a ideia de que, ao sr. Barreto, não há constituições sintéticas ou analíticas, mas sim constituições bem feitas ou mal feitas.

Deitem-se, prosseguindo, o sr. Plínio Barreto no exame da legislação tramitando no Congresso Nacional, e, em seguida, no exame das propostas de emenda, e, dessa forma, conseguiu dizer as últimas palavras sem que o molestassem com apertados comentários.

Seguiu-se a leitura da palavra do sr. Plínio Barreto (UDN — São Paulo), que falou sobre matéria constitucional, debatendo o que chamou "a necessidade de uma Constituição sintética e não analítica". Aponta a de 1891 como o melhor tipo que o Brasil já possuiu, pois, à sua vez, indicava como uma síntese perfeita de todas as obrigações e deveres constitucionais.

O sr. Nereu Duarte (UDN-Baía), apoiou a ideia de que, ao sr. Barreto, não há constituições sintéticas ou analíticas, mas sim constituições bem feitas ou mal feitas.

**Fixada a redação dos artigos sobre Organização Municipal**

Os trabalhos de ontem da Comissão Constitucional, que voltará a reunir-se segunda-feira

Os trabalhos de ontem, na Comissão Constitucional, tiveram início às 11 horas, sob a presidência do sr. Nereu Ramos.

Os debates começaram pelo artigo 10 e seus incisos, do título "Da Organização Municipal", do projeto apresentado pela 1.ª Sub-Comissão, redigido originalmente nos seguintes termos:

"Art. 10.º — Os municípios serão organizados de forma que lhes fiquem asseguradas:

1.º — autonomia, pela efetividade da lei de todas as atividades, excetuadas as de natureza financeira, excetuadas os prefeitos das capitais dos Estados, das estâncias hidro-minerais, climatéricas e balneárias, que poderão ser nomeados pelo governo do Estado;

2.º — organização dos serviços de saúde;

3.º — organização dos serviços de educação;

4.º — organização dos serviços de assistência social;

5.º — organização dos serviços de segurança pública;

6.º — organização dos serviços de abastecimento de água;

7.º — organização dos serviços de saneamento;

8.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

9.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

10.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

11.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

12.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

13.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

14.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

15.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

16.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

17.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

18.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

19.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

20.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

21.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

22.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

23.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

24.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

25.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

26.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

27.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

28.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

29.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

30.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

31.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

32.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

33.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

34.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

35.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

36.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

37.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

38.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

39.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

40.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

41.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

42.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

43.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

44.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

45.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

46.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

47.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

48.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

49.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

50.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

51.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

52.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

53.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

54.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

55.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

56.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

57.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

58.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

59.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

60.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

61.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

62.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

63.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

64.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

65.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

66.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

67.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

68.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

69.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

70.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

71.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

72.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

73.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

74.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

75.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

76.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

77.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

78.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

79.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

80.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

81.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

82.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

83.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

84.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

85.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

86.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

87.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

88.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

89.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

90.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

91.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

92.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

93.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

94.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

95.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

96.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

97.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

98.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

99.º — organização dos serviços de conservação de parques e jardins;

100.º — organização dos serviços de conservação de monumentos e bens culturais;

**Preferem o regime parlamentar**

Assentado o combate ao presidencialismo

Em uma das salas do Palácio Tiradentes, reuniram-se ontem os constituintes que defendem a forma parlamentar de governo.

Nesta reunião foram assentados planos de defesa da orientação que seguem, nos debates constitucionais, a se iniciarem.

Entre os constituintes que se reuniram ontem, estavam os deputados José Augusto, Agamenon Magalhães, Café Filho, Benedito Valadarez, e os senadores Ferreira de Souza e Luiz Carlos Prestes.

**Para examinar os pareceres das sub-comissões constitucionais**

Reunem-se, no gabinete do sr. Carlos Luz, ministros, senadores e deputados

No gabinete do ministro da Justiça, reuniram-se, ontem, pela manhã, para reunião, a que compareceram, além do titular da pasta, os seus colegas das Relações Exteriores, da Fazenda, da Guerra, os senadores Melo Viana, presidente da Assembleia Constituinte, Nereu Ramos, líder da maioria, e os deputados Agamenon Magalhães, Café Filho, e Benedito Valadarez.

Interrogado pela reportagem, a saída, o general Góes Monteiro declarou que haviam sido trocadas idéias sobre os pareceres das sub-comissões constitucionais. Considerando bons — acentuou — os referentes à segurança nacional.

O sr. Café Filho, por sua vez, adiantou aos jornalistas que não chegará a ser examinada a parte referente à ordem econômica.

Quando ao desenvolvimento relativo aos lucros extraordinários, o ministro da Fazenda declarou que o mesmo continuava em estudos, devendo ser assinado na próxima semana.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.

b) — DAS GARANTIAS

As seguintes atribuições aos demais órgãos do Poder Judiciário:

1.º — DO TRIBUNAL SUPERIOR E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS

a) — O Tribunal Superior será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

b) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

c) — O Tribunal Regional será composto de juízes em número e pela forma que a lei determinar, escolhidos em número de sete, dentre os membros do Poder Judiciário, de quem um terço não poderá ser do Poder Judiciário.

**Princípios que devem reger a Justiça Eleitoral**

Sugestões do procurador geral da República apresentadas à Assembleia Constituinte

O procurador geral da República apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral, para serem examinadas à Assembleia Constituinte, as seguintes sugestões sobre os princípios constitucionais que devem reger a organização da Justiça Eleitoral:

1.º — DOS ORGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

a) — Um Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República; 2.º — Um Tribunal Regional na capital de cada Estado; 3.º — Juízes eleitorais nas comarcas, terras ou distritos.















100



## Em virtude de uma escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens

### A população de Petrópolis consome uma beberagem tóxica e caríssima rotulada de leite — Oportunidades e incisivas declarações do advogado Alvaro de Oliveira sobre a grave irregularidade

PETRÓPOLIS, 5 (Especial para o DIÁRIO DE NOTÍCIAS) — A história do abastecimento de leite à população desta cidade, após o advento do Estado Novo com a criação do Entroposto da Cooperativa Agro-Pecuaría, é um capítulo negro da história local. Desde o início da criação do Entroposto, a população de Petrópolis vem sendo abastecida com um leite de qualidade duvidosa, que causa graves problemas de saúde. O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

UMA "GANG" EM AÇÃO — Na vigência do Estado Novo de triste memória, o advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens. O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

UMA "GANG" EM AÇÃO — Na vigência do Estado Novo de triste memória, o advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens. O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

URGENTE RESCINDIR O INOMINÁVEL CONTRATO — O advogado Alvaro de Oliveira, em uma série de incisivas declarações, denuncia a grave irregularidade e a escandalosa mercê do Estado Novo aos seus pró-homens.

## Notícias dos Estados

Pará

DESVIO DE DINHEIRO NO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO ARMADORADO — BELEM, 5 (Aspreas) — "A Folha do Norte, em sensacional reportagem, denunciou um desvio de Cr\$ 245.189,90 verificado no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Armadorado de Belém, ocorrido na administração do sr. Oscar de Andrade, interventor nomeado para aquela entidade, no ano passado, pelo então delegado do Trabalho.

Ceará

CLORACÃO DA ÁGUA PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO — FORTALEZA, 5 (Aspreas) — Sob a orientação do sr. Armando Lago, delegado federal de Saúde, estão em andamento os trabalhos de cloração da água, destinada ao abastecimento público. Foi concluída a montagem do aparelho clorador no Açude de Acauê.

Pernambuco

MAIS UM AVIO PARA O AEROCULUBE DO ESTADO — RECIFE, 5 (A. N.) — Acaba de ser incorporado à frota do Aeroclube do Estado, mais um aparelho de fabricação nacional, que recebeu o nome de "Paulista". Trata-se de um avião de motor de 125 H.P., e procede da Organização Henrique Lage, destinando-se ao uso de monitores e de aperfeiçoamento técnico.

Alagoas

SEMENTES DESTINADAS AOS AGRICULTORES — MACEIO, 5 (A. N.) — O Interventor federal enviou ao Conselho Administrativo do Estado, para aquisição de sementes destinadas à distribuição entre os agricultores.

Baía

PETROLEO EM GRANDE QUANTIDADE — SALVADOR, 5 (P. P.) — Segundo declarações feitas à imprensa por um antigo trabalhador do Conselho Nacional do Petróleo, sr. Davi Moraes, no pouco em que trabalhava, o petróleo chegou a cerca de setenta metros de altura, existindo em grande quantidade.

São Paulo

PROJETOS REFERENTES A CONSTRUÇÃO DO METROPOLITANO — S. PAULO, 5 (Aspreas) — O prefeito recebeu hoje em seu gabinete o representante da firma projetista, para a elaboração dos estudos e projetos referentes à construção do metropolitano da cidade.

R. Grande do Sul

AMPUTAÇÃO DE PERNA DO OPERÁRIO — PORTO ALEGRE, 5 (Aspreas) — Encontrou-se recolhido na delegacia de polícia de Bagé, aguardando julgamento, o dr. Cândido Graef, o qual praticou uma amputação de perna de um operário, em estado melancólico e recolhido à Casa de Saúde Dr. Mário Araújo, com o diagnóstico de doença mental.

Goias

REABASTECIMENTO DA ILUMINAÇÃO EM GOIÂNIA — GOIÂNIA, 5 (Aspreas) — O engenheiro Eurico Viana, técnico da Secretaria de Economia Pública, falando à imprensa disse que o corte de energia elétrica que paralisou a cidade de Goiânia, está em condições de entrar em funcionamento. Possivelmente, ainda hoje a cidade será novamente iluminada.

Novos debates sobre a indústria têxtil

CRIOÇÃO DE CAIXAS ECONOMICAS PORTAIS, APARELHAMENTO DOS PORTOS DE SANTOS E DO RIO, ASSINATURA DE ACORDO COM O CONSELHO EXTERIOR — Esteve reunido o Conselho Federal de Comércio Exterior sob a presidência do ministro Sabóia Lima, que comunicou aos membros do Conselho a decisão do presidente da República a indicação feita pelo sr. Torres Filho, sobre a situação da indústria brasileira de tecidos, tendo o Conselho decidido declarar que estudos sobre a questão fossem efetuados pelo mesmo sr. Torres Filho, com o concurso da Comissão Executiva Têxtil.

Regressou de São Paulo o ministro da Agricultura

Passageiro do avião da linha paulista da Panair do Brasil, regressou de São Paulo, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil e que, desde a sua chegada ao país, tem estado trabalhando ativamente, principalmente no que diz respeito à produção, principalmente a produção de algodão e açúcar.

Vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou

Pelo despacho do sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil.

Converte-se em "judenistas" da Light

"Aproveito a oportunidade — continuou o sr. João de Deus — para convidar todos os colegas judenistas da Light e da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo para uma reunião em 9 de abril próximo" — concluiu.

Uma escritora e dois correspondentes norte-americanos em viagem

Regressou, ontem, pelo "clipper" da Pan American World Airways, aos Estados Unidos, a escritora norte-americana Kathleen Winslow, autora do best-seller "The Day After Tomorrow", que se tornou famosa e milionária. Pela mesma aeronave viajaram, com destino ao sr. John Adams, correspondente da Columbia Broadcasting System na Argentina, e sua esposa, a jornalista Alvaide Adams.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

## Diário no Estúdio

Duas cantoras

Em geral os críticos fogem de reunir num só comentário os intérpretes de programas diferentes. Isto, é claro, em se tratando de artistas de classe. Antes de mais, há o perigo da comparação. Se garantimos que o soprano A é bom, não podemos dizer que o soprano B também o é, o leitor passa a não acreditar em nós porque os dois são tão bons no mesmo papel. Se, ao contrário, aplicarmos aos sopranos A e B a velha frase "cantam mais do mesmo", não há mais comparação possível. Nos "altos" imaginamos para dizer verdades sem ofender a ninguém. Resta o caso de louvarmos com entusiasmo o soprano A, quando ouvimos a voz do soprano B. Aí, a situação se torna gravíssima, pois, tanto gente sabe, nada se assemelha a uma temperatura que o amor próprio ofenda de uma cantora, de modo a ler a crítica na qual outra colega se mereceu elogios. Deus nos acuda!

AS CINCO PERGUNTAS ANTERIORES E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS — 5691 — Qual a etimologia da palavra "microbio"? — Do grego "mikros", pequeno, e "bios", vida.

5692 — Que se chama "catufo"? — Ou "curiboca"? — O resíduo do cruzamento do mico com o negro.

5693 — Quem descobriu os primeiros vestígios de ação monástica no litoral brasileiro? — O geólogo Henrique Gorceix fundador da Escola de Minas, de Ouro Preto.

5694 — Qual o coletivo que se diz a uma porção de cabras? — Fato.

5695 — Quem criou o tipo de mequinho? — Molitro, no "Avarento".

REUMATISMO? ARTERIOSCLOEROSE? TOME SEM DEMORA! "GOTAS DINAMICAS"

Remédio que alivia todos os males de combate a VELOCIDADE. Distribuidores: CHERMONT PINTO & CIA Rua 1 de Março, 118-119.

Mecânico-ajustador — Grande fábrica precisa de dois, que tenham habilitações e competência. Avenida Suburbana, 315 — Dept.º do Pessoal.

Emprego em fábrica — Grande fábrica tem vaga para 3 rapazes de 24 a 30 anos, com conhecimentos gerais de mecânica e alguma capacidade técnica, para serviços de controle interno. Avenida Suburbana, 315 — Dept.º do Pessoal.

O CATARRO PODE CAUSAR ZUMBI-DOS E SURDEZ — UM REMÉDIO QUE ELIMINA O CATARRO NASAL E ALIVIA O ATURDIMENTO CATARRAL.

São poucas as pessoas que dão importância e tratam a afecção catarral. Entretanto, a afecção catarral não é um mal passageiro. Se não for tratada em tempo, ela pode degenerar numa grave enfermidade destruindo o olfato, o paladar e, paulatinamente, minar a saúde em geral.

Se V. S. padece de catarro, não se desdê. Compre um frasco de PARMIN, e tome-o de acordo com as instruções da sua bula.

Parmin tem demonstrado sua eficácia em muitos casos, porque sua ação se exerce diretamente sobre o sangue e sobre as membranas mucosas.

A volta da respiração fácil, da agudeza de ouvido, o restabelecimento do olfato e do paladar e levantar-se, pela manhã, com novas energias e a garganta livre de catarro — eis o que lhe proporcionará o tratamento com Parmin. Torne sua vida mais agradável, mais alegre. Para seu próprio bem — se sofrer de catarro — comece, hoje, o tratamento com Parmin!.

Famoso toureiro espanhol regressa do Perú — Procedente de Lima, via Corumbá, regressou, ontem, pelo avião da linha transcontinental da Panair do Brasil, o celebre toureiro espanhol Juan Belmonte Campoy, filho do maior toureiro da Espanha citado por Ernest Hemingway, em seu livro "Morte em la tarde". O famoso espanhol, que já atuou em 500 corridas e matou de mil touros, nas principais cidades de seu país e da França, além de algumas Repúblicas americanas, possui suas qualidades de mestre da arena na capital peruana.

Terá sede no Brasil a Comissão de Geografia Plicada — Realizada na capital mexicana, no dia 19 deste mês, a instalação da Comissão de Geografia Plicada, que é integrada por representantes das Nações Unidas, para estudar e resolver os problemas de ordem internacional.

Regressou de São Paulo o ministro da Agricultura — Passageiro do avião da linha paulista da Panair do Brasil, regressou de São Paulo, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil e que, desde a sua chegada ao país, tem estado trabalhando ativamente, principalmente no que diz respeito à produção, principalmente a produção de algodão e açúcar.

Vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou — Pelo despacho do sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil.

Converte-se em "judenistas" da Light — "Aproveito a oportunidade — continuou o sr. João de Deus — para convidar todos os colegas judenistas da Light e da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo para uma reunião em 9 de abril próximo" — concluiu.

Uma escritora e dois correspondentes norte-americanos em viagem — Regressou, ontem, pelo "clipper" da Pan American World Airways, aos Estados Unidos, a escritora norte-americana Kathleen Winslow, autora do best-seller "The Day After Tomorrow", que se tornou famosa e milionária. Pela mesma aeronave viajaram, com destino ao sr. John Adams, correspondente da Columbia Broadcasting System na Argentina, e sua esposa, a jornalista Alvaide Adams.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia — Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

## Exercite sua memória

LEITOR: Responda, mentalmente, às perguntas abaixo e depois confira as suas respostas com as nossas, que serão publicadas de pois!

6698 — Que particularidade oferece o peixe-bol?

6697 — Que fato assinala o início da expansão colonizadora dos portugueses?

6698 — Que verbo traduz a voz da raposa?

6699 — De onde vieram para o Brasil as primeiras sementes de arroz?

6700 — A margem de que rio se encontra Natal, capital do Rio Grande do Norte?

AS CINCO PERGUNTAS ANTERIORES E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS — 5691 — Qual a etimologia da palavra "microbio"? — Do grego "mikros", pequeno, e "bios", vida.

5692 — Que se chama "catufo"? — Ou "curiboca"? — O resíduo do cruzamento do mico com o negro.

5693 — Quem descobriu os primeiros vestígios de ação monástica no litoral brasileiro? — O geólogo Henrique Gorceix fundador da Escola de Minas, de Ouro Preto.

5694 — Qual o coletivo que se diz a uma porção de cabras? — Fato.

5695 — Quem criou o tipo de mequinho? — Molitro, no "Avarento".

REUMATISMO? ARTERIOSCLOEROSE? TOME SEM DEMORA! "GOTAS DINAMICAS"

Remédio que alivia todos os males de combate a VELOCIDADE. Distribuidores: CHERMONT PINTO & CIA Rua 1 de Março, 118-119.

Mecânico-ajustador — Grande fábrica precisa de dois, que tenham habilitações e competência. Avenida Suburbana, 315 — Dept.º do Pessoal.

Emprego em fábrica — Grande fábrica tem vaga para 3 rapazes de 24 a 30 anos, com conhecimentos gerais de mecânica e alguma capacidade técnica, para serviços de controle interno. Avenida Suburbana, 315 — Dept.º do Pessoal.

O CATARRO PODE CAUSAR ZUMBI-DOS E SURDEZ — UM REMÉDIO QUE ELIMINA O CATARRO NASAL E ALIVIA O ATURDIMENTO CATARRAL.

São poucas as pessoas que dão importância e tratam a afecção catarral. Entretanto, a afecção catarral não é um mal passageiro. Se não for tratada em tempo, ela pode degenerar numa grave enfermidade destruindo o olfato, o paladar e, paulatinamente, minar a saúde em geral.

Se V. S. padece de catarro, não se desdê. Compre um frasco de PARMIN, e tome-o de acordo com as instruções da sua bula.

Parmin tem demonstrado sua eficácia em muitos casos, porque sua ação se exerce diretamente sobre o sangue e sobre as membranas mucosas.

A volta da respiração fácil, da agudeza de ouvido, o restabelecimento do olfato e do paladar e levantar-se, pela manhã, com novas energias e a garganta livre de catarro — eis o que lhe proporcionará o tratamento com Parmin. Torne sua vida mais agradável, mais alegre. Para seu próprio bem — se sofrer de catarro — comece, hoje, o tratamento com Parmin!.

Famoso toureiro espanhol regressa do Perú — Procedente de Lima, via Corumbá, regressou, ontem, pelo avião da linha transcontinental da Panair do Brasil, o celebre toureiro espanhol Juan Belmonte Campoy, filho do maior toureiro da Espanha citado por Ernest Hemingway, em seu livro "Morte em la tarde". O famoso espanhol, que já atuou em 500 corridas e matou de mil touros, nas principais cidades de seu país e da França, além de algumas Repúblicas americanas, possui suas qualidades de mestre da arena na capital peruana.

Terá sede no Brasil a Comissão de Geografia Plicada — Realizada na capital mexicana, no dia 19 deste mês, a instalação da Comissão de Geografia Plicada, que é integrada por representantes das Nações Unidas, para estudar e resolver os problemas de ordem internacional.

Regressou de São Paulo o ministro da Agricultura — Passageiro do avião da linha paulista da Panair do Brasil, regressou de São Paulo, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil e que, desde a sua chegada ao país, tem estado trabalhando ativamente, principalmente no que diz respeito à produção, principalmente a produção de algodão e açúcar.

Vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou — Pelo despacho do sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, vai assumir as funções de conselheiro da Embaixada do México em Moscou, o sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil.

Converte-se em "judenistas" da Light — "Aproveito a oportunidade — continuou o sr. João de Deus — para convidar todos os colegas judenistas da Light e da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo para uma reunião em 9 de abril próximo" — concluiu.

Uma escritora e dois correspondentes norte-americanos em viagem — Regressou, ontem, pelo "clipper" da Pan American World Airways, aos Estados Unidos, a escritora norte-americana Kathleen Winslow, autora do best-seller "The Day After Tomorrow", que se tornou famosa e milionária. Pela mesma aeronave viajaram, com destino ao sr. John Adams, correspondente da Columbia Broadcasting System na Argentina, e sua esposa, a jornalista Alvaide Adams.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia — Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

Anteprojeto de lei sobre a epidemia de epilepsia, apresentado pelo sr. João de Deus, ministro plenipotenciário da Agricultura no Brasil, para o Congresso Nacional.

## Eleito o diretor da Carteira de Financiamento do Banco da Prefeitura

Na assembleia realizada ante-ontem, no salão de honra da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, os membros do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, elegeram para o cargo de diretor da Carteira de Financiamento, o sr. Floriano de Araújo Góia.

Foi assentada a permuta entre diretores, ficando a Carteira de Títulos, por parte das Conselhas, sob a orientação do sr. Floriano de Araújo Góia e a de Financiamento com o sr.















